



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA

0094/2026

CONTRATANTE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OBJETO:

Aquisição de materiais permanentes, consistentes em instrumentos musicais, destinados à implantação e ao funcionamento da fanfarra mirim da Escola Brites Ventura do Couto Moreira, visando ao atendimento das atividades pedagógicas, culturais e cívicas da unidade escolar.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:

Nº 0232.04.05/2026

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:

R\$ 18.795,47 (Dezoito mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 01/07/2026 às 08h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0094/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0232.04.05/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE ITAMBÉ-BA**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, por meio da sua Comissão de Contratação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto nº 163 de 29 de julho de 2022 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 01/07/2026

Link: <https://www.licitanet.com.br/>

Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Aquisição de materiais permanentes, consistentes em instrumentos musicais, destinados à implantação e ao funcionamento da fanfarra mirim da Escola Brites Ventura do Couto Moreira, visando ao atendimento das atividades pedagógicas, culturais e cívicas da unidade escolar, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será por **LOTE**, conforme tabela constante abaixo.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BAQUETA BUMBO CABO DE MADEIRA ALONGADO COM CORDÃO PONTA REVESTIDA DE PELÚCIA MEDIDA COMPRIMENTO TOTAL: 345 MM MEDIDA DIÂMETRO TOTAL: 25 MM	UND	24	R\$ 28,00	R\$ 672,00
2	VIOLINO 4/4 TAMPO EM SPRUCE ACABAMENTO FOSCO ESPELHO, CRAVELHAS E QUEIXEIRA EM BLACK MAPLE 4 MICROAFINADORES 1 ARCO DE CRINA ANIMAL ESTOJO TÉRMICO TRIANGULAR COM ALÇAS	UND	8	R\$ 478,60	R\$ 3.828,80
3	PELE 10 RESPOSTA PELE DE RESPOSTA DE CAMADA ÚNICA SIMPLES 10 MILIONÉSIMOS DE POLEGADA COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 10	UND	25	R\$ 10,59	R\$ 264,75



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

	POLEGADAS COR TRANSPARENTE CRISTA				
4	TALABARTE 1 GANCHO MATERIAL NYLON PRETO 1 GANCHO METAL CROMADO DIMENSÃO 5CM LARGURA	UND	24	R\$ 17,48	R\$ 419,52
5	BAQUETA CAIXA CORPO MADEIRA E PONTA DE OLIVA SÃO IDEAIS PARA REPIQUE, MAS TAMBÉM SE ADAPTAM PERFEITAMENTE A CAIXAS MARCIAIS E MALACACHETAS. COM UM COMPRIMENTO DE 385MM E UM DIÂMETRO DE 15MM (EQUIVALENTE A 16 1/8" DE COMPRIMENTO E 0,590" DE DIÂMETRO), ESSAS BAQUETAS OFERECEM PRECISÃO E DURABILIDADE PARA UMA VARIEDADE DE PERFORMANCES PERCUSSIVAS	UND	32	R\$ 11,84	R\$ 378,88
6	BAQUETA DE FIBRA MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA DE ALTA RESISTÊNCIA CLASSIFICAÇÃO: BALANCEADA 7A (LEVE, DIÂMETRO FINO) ACABAMENTO: PRETO (BLACK), SUPERFÍCIE COM BOA PEGADA PONTA: FORMATO PADRÃO/OVAL SENSAÇÃO DE TOQUE: REBOUND CONSISTENTE E BAIXA ABSORÇÃO DE UMIDADE	UND	4	R\$ 47,59	R\$ 190,36
7	BAQUETA SURDO BAQUETA PARA SURDO MARCIAL PODE SER UTILIZADO PARA PERCUTIR SURDÕES E ALFAIAS CORPO MADEIRA PONTA MADEIRA COMPRIMENTO 365MM DIÂMETRO 25MM	UND	30	R\$ 11,53	R\$ 345,90



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

8	BUMBO INFANTIL 20X14" CORPO ALUMISTEEL, ALUMÍNIO COM ZINCO. PINTURA ELETROSTÁTICA. ARO EM NYLON E PELE CRISTAL. ACOMPANHA TALABARTE E BAQUETAS	UND	12	R\$ 263,00	R\$ 3.156,00
9	ESTEIRA P/ CAIXA 10"X 12 FIOS	UND	23	R\$ 25,93	R\$ 596,39
10	PELE 10 HIDRAULICA PELE HIDRÁULICA FILME DE CAMADA DUPLA COMPOSTA POR UMA CAMADA DE ÓLEO ENTRE OS FILMES COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 10 POLEGADAS COR TRANSPARENTE	UND	24	R\$ 48,41	R\$ 1.161,84
11	PELE 10 LEITOSA PELE LEITOSA MATERIAL POLIÉSTER DE CAMADA ÚNICA COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 10 POLEGADAS COR BRANCA	UND	24	R\$ 10,78	R\$ 258,72
12	PELE 14 HIDRAULICA PELE HIDRÁULICA FILME DE CAMADA DUPLA COMPOSTA POR UMA CAMADA DE ÓLEO ENTRE OS FILMES COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 14 POLEGADAS COR TRANSPARENTE	UND	40	R\$ 59,37	R\$ 2.374,80
13	PRATOS FANFARRA 10" PRATO INFANTIL 10" POLEGADAS CORPO FERRO/NIQUEL	UND	16	R\$ 109,00	R\$ 1.744,00
14	SURDO INFANTIL 20X10" CORPO: METAL ESCOVADO (COLORSTEEL) PELE: CRISTAL ACOMPANHA TALABARTE E BAQUETA ARO EM ABS	UND	12	R\$ 224,33	R\$ 2.691,96
15	TALABARTE 2 GANCHOS MATERIAL NYLON PRETO COM APOIO EM NEOPRENE PARA O OMBRO, 2 GANCHOS METAL CROMADO, DIÂMETRO 5CM LARGURA	UND	35	R\$ 20,33	R\$ 711,55



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

VALOR TOTAL ESTIMADO:					R\$ 18.795,47
-----------------------------	--	--	--	--	------------------

- 1.2.1. Faculta-se ao fornecedor a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- 1.2.2. Nos casos em que a Dispensa de Licitação preconizar a disputa por lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. ORIGEM DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos dos orçamentários previstos na Lei de Orçamento Anual do ano de 2026, especificamente em:

ÓRGÃO: 05 - Fundo Municipal de Educação de Itambé;

PROJETO: 2.033 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL;

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente;

FONTE DE RECURSO: 25500000 Transferência do Salário-Educação.

Esta dotação atenderá ao valor de R\$ 18.795,47 (Dezoito mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos).

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

- 3.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica exclusivamente, pela plataforma <https://www.licitanet.com.br/>.
 - 3.1.1. Os fornecedores deverão se cadastrar previamente no Portal da LICITANET para acesso ao sistema e operacionalização.
 - 3.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 3.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:
 - 3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
 - 3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
 - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
 - f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista
- 3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;
- 3.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;
- 3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e
- 3.2.5. sociedades cooperativas.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

- 4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.
- 4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.
- 4.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.
- 4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;
- 4.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

4.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir das 08:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor lote.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$0,01 (um centavo)**.



- 5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
- 5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 6.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 6.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
 - 6.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado.
 - 6.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
 - 6.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 6.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 6.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 6.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
 - 6.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 6.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 6.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 6.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 6.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
 - 6.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos,



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

- 6.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 6.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
 - 6.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
 - 6.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.
 - 6.7.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
 - 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 6.11. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 6.12. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

- 7.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação deste aviso, serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
- 7.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- 7.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)
- 7.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 7.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 7.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 7.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação
- 7.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.
- 7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.5. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.
- 7.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 7.7. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
- 7.7.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação
- 7.8. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7.9. Habilitação jurídica:



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

7.9.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

7.9.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.9.3. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.9.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

7.9.5. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.9.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

7.10. **Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

7.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.10.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.10.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.10.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.10.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.10.6. prova de regularidade com a Fazenda *Estadual* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.10.7. prova de regularidade com a Fazenda *Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.10.8. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.11. **Qualificação Econômico-Financeira:**



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

7.11.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

8. CONTRATAÇÃO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

8.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

8.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

8.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

8.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

8.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.4. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

8.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

9.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

9.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

9.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

9.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

9.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

9.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

- 9.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 9.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 9.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 9.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 9.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 9.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 9.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 9.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - b) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 9.1 a 9.1.12;
 - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 9.1.2 a 9.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 9.1.8 a 9.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 9.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 9.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 9.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

9.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

9.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

9.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O procedimento será divulgado no LICITANET e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no aviso de licitações do Portal de Compras Públicas, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

10.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

10.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

10.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

10.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

10.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

10.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

10.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

10.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

10.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

10.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

10.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

10.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

10.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

10.12. Da sessão pública será divulgada em Ata no sistema eletrônico.

10.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

10.13.1. ANEXO I – Minuta de Termo de Contrato;

10.13.2. ANEXO II – Modelo de declaração de inexistência de menor no quadro da empresa;

10.13.3. ANEXO III – Termo de Referência.

Itambé - BA, em 25 de junho de 2026.

EDMILSON NERY SILVA

Decreto nº106/2025

Secretário Municipal de Educação.

Itambé-BA



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0094/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0232.04.05/2026

ANEXO I – MINUTA CONTRATO Nº. XXXX/XXXX

CONTRATO DE FORNECIMENTO, QUE ENTRE
SI CELEBRAM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITAMBÉ** E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX NA
FORMA ABAIXO:

O **MUNICÍPIO DE ITAMBÉ**, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Praça Osório Ferraz, S/N, Centro, CEP 45.140-000, Sede, Itambé-Bahia, inscrito no CNPJ sob n 13.743.760/0001-30, neste ato representado pelo seu Prefeito, senhor: **JOSE CANDIDO ROCHA ARAUJO**, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 119.246.595-49, residente e domiciliado na Praça Osório Ferraz, nº 120, Centro, CEP: 45140-000 Itambé – BA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, localizada na **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, representada pelo senhor **XXXXXXXXXXXX**, portador da cédula de identidade RG nº **XXXXXXXXXX** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº **XXXXXXXXXX**, residente e domiciliado **XXXXXXXXXXXX**, estabelecem no presente CONTRATO DE FORNECIMENTO, em conformidade com a Lei nº 14.133/21 e Decreto nº 163 de 29 de julho de 2022 e condições estabelecidas na **Dispensa Eletrônica nº 0094/2026**, e consoante às cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

Aquisição de materiais permanentes, consistentes em instrumentos musicais, destinados à implantação e ao funcionamento da fanfarra mirim da Escola Brites Ventura do Couto Moreira, visando ao atendimento das atividades pedagógicas, culturais e cívicas da unidade escolar.

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO

O Regime de Execução do presente Contrato ocorrerá mediante fornecimento parcelado, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho, conforme Planilha de Preços apresentada pela CONTRATADA, em obediência ao Termo de Referência do processo de **DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0094/2026**, que a este integra, independentemente de transcrição, e à Lei Federal Nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 163 de 29 de julho de 2022 - Regulamenta as contratações diretas advindas da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos, no Município de Itambé - Bahia e dá outras providências.



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZOS

O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses, contado da assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente, limitado ao prazo necessário para fornecimento, recebimento definitivo, pagamento e cumprimento das obrigações acessórias, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

4.1 - O Preço Total para o fornecimento do objeto será de **R\$ 18.795,15 (dezoito mil setecentos e noventa e cinco reais e quinze centavos)**, resultante das quantidades constantes da planilha abaixo.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BAQUETA BUMBO CABO DE MADEIRA LONGADO COM CORDÃO PONTA REVESTIDA DE PELÚCIA MEDIDA COMPRIMENTO TOTAL: 345 MM MEDIDA DIÂMETRO TOTAL: 25 MM	UND	24	R\$ 28,00	R\$ 672,00
2	VIOLINO 4/4 TAMPO EM SPRUCE ACABAMENTO FOSCO ESPELHO, CRAVELHAS E QUEIXEIRA EM BLACK MAPLE 4 MICROAFINADORES 1 ARCO DE CRINA ANIMAL ESTOJO TÉRMICO TRIANGULAR COM ALÇAS	UND	8	R\$ 478,60	R\$ 3.828,80
3	PELE 10 RESPOSTA PELE DE RESPOSTA DE CAMADA ÚNICA SIMPLES 10 MILIONÉSIMOS DE POLEGADA COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 10 POLEGADAS COR TRANSPARENTE CRISTA	UND	25	R\$ 10,59	R\$ 264,75
4	TALABARTE 1 GANCHO MATERIAL NYLON PRETO 1 GANCHO METAL CROMADO DIMENSÃO 5CM LARGURA	UND	24	R\$ 17,48	R\$ 419,52
5	BAQUETA CAIXA CORPO MADEIRA E PONTA DE OLIVA SÃO IDEAIS PARA REPIQUE, MAS TAMBÉM SE ADAPTAM PERFEITAMENTE A CAIXAS MARCIAIS E MALACACHETAS. COM UM COMPRIMENTO DE 385MM E UM DIÂMETRO DE 15MM (EQUIVALENTE A 16 1/8" DE COMPRIMENTO E 0,590" DE	UND	32	R\$ 11,84	R\$ 378,88



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

	DIÂMETRO), ESSAS BAQUETAS OFERECEM PRECISÃO E DURABILIDADE PARA UMA VARIEDADE DE PERFORMANCES PERCUSSIVAS				
6	BAQUETA DE FIBRA MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA DE ALTA RESISTÊNCIA CLASSIFICAÇÃO: BALANCEADA 7A (LEVE, DIÂMETRO FINO) ACABAMENTO: PRETO (BLACK), SUPERFÍCIE COM BOA PEGADA PONTA: FORMATO PADRÃO/OVAL SENSAÇÃO DE TOQUE: REBOUND CONSISTENTE E BAIXA ABSORÇÃO DE UMIDADE	UND	4	R\$ 47,59	R\$ 190,36
7	BAQUETA SURDO BAQUETA PARA SURDO MARCIAL PODE SER UTILIZADO PARA PERCUTIR SURDÕES E ALFAIAS CORPO MADEIRA PONTA MADEIRA COMPRIMENTO 365MM DIÂMETRO 25MM	UND	30	R\$ 11,53	R\$ 345,90
8	BUMBO INFANTIL 20X14" CORPO ALUMISTEEL, ALUMÍNIO COM ZINCO. PINTURA ELETROSTÁTICA. ARO EM NYLON E PELE CRISTAL. ACOMPANHA TALABARTE E BAQUETAS	UND	12	R\$ 263,00	R\$ 3.156,00
9	ESTEIRA P/ CAIXA 10"X 12 FIOS	UND	23	R\$ 25,93	R\$ 596,39
10	PELE 10 HIDRAULICA PELE HIDRÁULICA FILME DE CAMADA DUPLA COMPOSTA POR UMA CAMADA DE ÓLEO ENTRE OS FILMES COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 10	UND	24	R\$ 48,41	R\$ 1.161,84



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

	POLEGADAS COR TRANSPARENTE				
11	PELE 10 LEITOSA PELE LEITOSA MATERIAL POLIÉSTER DE CAMADA ÚNICA COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 10 POLEGADAS COR BRANCA	UND	24	R\$ 10,78	R\$ 258,72
12	PELE 14 HIDRAULICA PELE HIDRÁULICA FILME DE CAMADA DUPLA COMPOSTA POR UMA CAMADA DE ÓLEO ENTRE OS FILMES COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 14 POLEGADAS COR TRANSPARENTE	UND	40	R\$ 59,37	R\$ 2.374,80
13	PRATOS FANFARRA 10" PRATO INFANTIL 10" POLEGADAS CORPO FERRO/NIQUEL	UND	16	R\$ 109,00	R\$ 1.744,00
14	SURDO INFANTIL 20X10" CORPO: METAL ESCOVADO (COLORSTEEL) PELE: CRISTAL ACOMPANHA TALABARTE E BAQUETA ARO EM ABS	UND	12	R\$ 224,33	R\$ 2.691,96
15	TALABARTE 2 GANCHOS MATERIAL NYLON PRETO COM APOIO EM NEOPRENE PARA O OMBRO, 2 GANCHOS METAL CROMADO, DIÂMETRO 5CM LARGURA	UND	35	R\$ 20,33	R\$ 711,55
VALOR TOTAL ESTIMADO:					R\$ 18.795,47

4.2 - O pagamento efetivar-se-á, a cada quantidade solicitada e entregue, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da expedição da nota fiscal e do recebimento das mercadorias, de acordo com as especificações;

§ 1º - Nos preços ofertados na proposta do Contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar no fiel cumprimento deste instrumento.

§ 2º - Quando houver erro de qualquer natureza na emissão da Nota Fiscal/ e/ ou Recibo, o referido documento será imediatamente devolvido para substituição e/ou emissão de Nota de



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Correção, ficando estabelecido que esse intervalo de tempo não seja considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

CLÁUSULA QUINTA - ORIGEM DOS RECURSOS

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos dos orçamentários previstos na Lei de Orçamento Anual do ano de 2026, especificamente em:

ÓRGÃO: 05 - Fundo Municipal de Educação de Itambé;

PROJETO: 2033 – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL;

ELEMENTO DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente;

FONTE DE RECURSO: 25500000 Transferência do Salário-Educação.

Esta dotação atenderá ao valor de R\$ 18.795,47 (Dezoito mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos).

CLÁUSULA SEXTA - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

6.1 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1.1. Efetuar fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes da proposta vencedora, bem como do edital e seus anexos.

6.1.2. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade do fornecimento;

6.1.3. Comunicar por escrito ao Fiscal da CONTRATANTE, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

6.1.4. Observar as normas legais de segurança que está sujeita a atividade de manuseio e entrega do objeto;

6.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE;

6.1.6. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria;

6.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas em relação a todas as condições de habilitação e referente ao recolhimento das contribuições sociais através da apresentação da:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND;
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;
- f) Prova de regularidade relativa à inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.2 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.2.1. Publicar o resumo do Contrato e os Aditamentos que houver, no Diário Oficial do Município, até o QUINTO DIA ÚTIL do mês seguinte ao da sua assinatura contanto que isto ocorra dentro de 20 dias a contar da referida assinatura, conforme a Lei nº 14.133/21;



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

6.2.2. Pagar conforme estabelecido no Termo de Referência, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;

6.2.3. Designar, no ato da assinatura deste contrato, preposto para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, com poderes plenos para gerenciar técnica e administrativamente o mesmo;

6.2.4. Fornecer, em tempo hábil, à CONTRATADA todos os elementos técnicos e administrativos, necessários à execução dos serviços, bem como entregar livre e desimpedida as áreas onde serão realizados os serviços, objeto deste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

7.1 - À CONTRATADA poderão ser aplicadas as penalidades expressamente previstas na Lei nº 14.133/21.

7.2 - A inexecução total ou parcial injustificada, a execução deficiente, irregular ou inadequada dos serviços objeto deste contrato, assim como o descumprimento dos prazos e condições estipulados, implicará na aplicação das penalidades contidas na Legislação em vigor.

7.3 - Além das penalidades previstas no "caput", e sem prejuízo das mesmas, a contratada ficará sujeito às sanções, a seguir relacionadas:

7.3.1. Advertência;

7.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total;

7.3.3. Rescisão unilateral do contrato, na hipótese de ocorrer o previsto no inciso II, sem prejuízo do pagamento das respectivas multas;

7.3.4. Pela rescisão do contrato por iniciativa da contratada, sem justa causa, multa de 10% (dez por cento) do valor total atualizado do contrato, sem prejuízo do pagamento de outras multas que já tenham sido aplicadas e de responder por perdas e danos que a rescisão ocasionar a Contratante;

7.3.5 - Impedimento de licitar ou contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

7.4 - As multas serão descontadas dos pagamentos a que a contratada fizer jus, ou recolhidas diretamente a tesouraria da CONTRATANTE no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.5 - Para a aplicação das penalidades aqui previstas, a contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação.

7.6 - As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.7 - Pelo inadimplemento das obrigações contratuais, a CONTRATANTE poderá aplicar multa a CONTRATADA, caso não sejam aceitas suas justificativas, no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, atualizado monetariamente.

7.8 - Pelo descumprimento das obrigações mencionadas na cláusula segunda, fica a contratada sujeito à multa diária de 0,1 % (um décimo por cento) do valor da contratação, contados a partir do primeiro dia subsequente à notificação de infração contratual até o 30º (trigésimo) dia do inadimplemento.

7.8.1- Ultrapassado este limite, incidirá multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor contratual, atualizado monetariamente.

7.9 - Caso a contratada não assine o contrato no prazo fixado pela CONTRATANTE, ficará sujeito a multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor estimado de contratação.

CLÁUSULA OITAVA - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

8.1 - A CONTRATANTE poderá rescindir, unilateralmente, este Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sempre que ocorrer por parte da CONTRATADA:

8.1.1 - O não cumprimento, ou cumprimento irregular, de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

8.1.2 - A lentidão do seu cumprimento, levando a CONTRATANTE a comprovar a impossibilidade da entrega dos produtos adquiridos, nos prazos e condições estipulados;

8.1.3 - O atraso injustificado no início da entrega;

8.1.4 - A paralisação da entrega dos produtos, sem justa causa e prévia comunicação à CONTRATANTE;

8.1.5 - A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem a prévia autorização por escrito da CONTRATANTE;

8.1.6 - O desatendimento pela CONTRATADA das determinações regulares da Fiscalização da CONTRATANTE, bem como dos seus superiores;

8.1.7 - O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços, anotadas na forma da Lei nº 14.133/21;

8.1.8 - A decretação de falência, insolvência ou concordata da CONTRATADA;

8.1.8.1 - No caso de concordata é facultado à CONTRATANTE manter o contrato, com a CONTRATADA, assumindo ou não o controle das atividades que julgar necessárias, a seu exclusivo juízo, de forma a permitir a conclusão da entrega dos produtos sem prejuízo à Administração;

8.1.9 - A dissolução da CONTRATADA;

8.1.10 - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do contrato;

8.1.11 - Ocorrendo a rescisão nos termos do item 8.1 acima citado, acarretará para a CONTRATADA, as consequências contidas na Lei nº 14.133/21, sem prejuízo de outras sanções previstas na citada Lei.

8.2 - A rescisão contratual poderá também ocorrer das seguintes formas:

8.2.1 - Determinada por ato unilateral e estrito da CONTRATANTE, nos casos acima enumerados nos itens de 8.1.1 a 8.1.10, ou outros contidos contidas na Lei nº 14.133/21;

8.2.2 - Amigável, por acordo entre as partes CONTRATANTES, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

8.2.2.1 - A rescisão amigável ou administrativa deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente da CONTRATANTE;

8.2.2.2 - Quando a rescisão ocorrer, sem culpa da CONTRATADA, será ressarcido a este os prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

a) Devolução da garantia;

b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) Pagamento do custo de desmobilização;

8.2.3 - Judicial, nos termos da legislação em vigor.

CLÁUSULA NONA - CONDIÇÕES GERAIS

9.1. Fica o funcionário senhor **Reginaldo Araújo Spínola**, portador do Registro Geral nº 5.192.542-79, inscrito no CPF sob o nº 604.877.125-87, funcionário desta prefeitura, lotado na Secretaria de Administração, responsável pela Gestão deste contrato.

9.2. Fica o funcionário, o senhor **Fábio Pereira da Silva**, portador do Registro Geral nº 09.375.660-71 e registro no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

002.076.265-88, funcionário desta prefeitura, lotado na Secretaria Municipal de Educação de Itambé-BA, responsável pela Fiscalização deste contrato.

9.3. A CONTRATANTE reserva-se o direito de suspender temporariamente a execução deste Contrato, quando necessário por conveniência dos serviços ou da Administração, respeitados os limites legais e os direitos assegurados à CONTRATADA;

9.4. Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e seus Anexos e a Proposta de Preços da CONTRATADA;

9.5. Não será permitido a CONTRATADA, Subempreitar de forma parcial ou, ainda, sub-rogar este Contrato;

9.6. Este contrato é regido pela Lei nº. 14.133/21, a fim de dirimir alguma dúvida em casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA - COBRANÇA JUDICIAL

10.1 - As importâncias devidas pela Contratada serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- FORO

11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Itambé, Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Itambé-BA, XX de de 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

José Candido Rocha Araújo

CONTRATANTE

XXXXXXXXXX

XXXXXX

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0094/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0232.04.05/2026

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR NO QUADRO DA EMPRESA

A Empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº. _____, com sede à _____, representada pelo Sr. _____, portador do RG nº _____ e inscrito no CPF/MF nº _____, declara, sob as penas previstas em lei, que em suas instalações, não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local e data, ____ de _____ de 2026.

Empresa
CNPJ
Responsável
CPF



ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 0094/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0232.04.05/2026

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA



TERMO DE REFERÊNCIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação

Educação: compromisso de todos!

Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 02.04.05/2026

OBJETO: Aquisição de materiais permanentes, consistentes em instrumentos musicais, destinados à implantação e ao funcionamento da fanfarra mirim da Escola Brites Ventura do Couto Moreira, visando ao atendimento das atividades pedagógicas, culturais e cívicas da unidade escolar.

DESCRIÇÃO DETALHADA DOS ITENS:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	BAQUETA BUMBO CABO DE MADEIRA ALONGADO COM CORDÃO PONTA REVESTIDA DE PELÚCIA MEDIDA COMPRIMENTO TOTAL: 345 MM MEDIDA DIÂMETRO TOTAL: 25 MM	UND	24	R\$ 28,00	R\$ 672,00
2	VIOLINO 4/4 TAMPO EM SPRUCE ACABAMENTO FOSCO ESPELHO, CRAVELHAS E QUEIXEIRA EM BLACK MAPLE 4 MICROAFINADORES 1 ARCO DE CRINA ANIMAL ESTOJO TÉRMICO TRIANGULAR COM ALÇAS	UND	8	R\$ 478,60	R\$ 3.828,80
3	PELE 10 RESPOSTA PELE DE RESPOSTA DE CAMADA ÚNICA SIMPLES 10 MILIONÉSIMOS DE POLEGADA COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 10 POLEGADAS COR TRANSPARENTE CRISTA	UND	25	R\$ 10,59	R\$ 264,75
4	TALABARTE 1 GANCHO MATERIAL NYLON PRETO 1 GANCHO METAL CROMADO DIMENSÃO 5CM LARGURA	UND	24	R\$ 17,48	R\$ 419,52

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação

Educação: compromisso de todos!

Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000

e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br



5	BAQUETA CAIXA CORPO MADEIRA E PONTA DE OLIVA SÃO IDEAIS PARA REPIQUE, MAS TAMBÉM SE ADAPTAM PERFEITAMENTE A CAIXAS MARCIAIS E MALACACHETAS. COM UM COMPRIMENTO DE 385MM E UM DIÂMETRO DE 15MM (EQUIVALENTE A 16 1/8" DE COMPRIMENTO E 0,590" DE DIÂMETRO), ESSAS BAQUETAS OFERECEM PRECISÃO E DURABILIDADE PARA UMA VARIEDADE DE PERFORMANCES PERCUSSIVAS	UND	32	R\$ 11,84	R\$ 378,88
6	BAQUETA DE FIBRA MATERIAL: FIBRA SINTÉTICA DE ALTA RESISTÊNCIA CLASSIFICAÇÃO: BALANCEADA 7A (LEVE, DIÂMETRO FINO) ACABAMENTO: PRETO (BLACK), SUPERFÍCIE COM BOA PEGADA PONTA: FORMATO PADRÃO/OVAL SENSAÇÃO DE TOQUE: REBOUND CONSISTENTE E BAIXA ABSORÇÃO DE UMIDADE	UND	4	R\$ 47,59	R\$ 190,36
7	BAQUETA SURDO BAQUETA PARA SURDO MARCIAL PODE SER UTILIZADO PARA PERCUTIR SURDÕES E ALFAIAS CORPO MADEIRA PONTA MADEIRA COMPRIMENTO 365MM DIÂMETRO 25MM	UND	30	R\$ 11,53	R\$ 345,90
8	BUMBO INFANTIL 20X14" CORPO ALUMISTEEL, ALUMÍNIO COM ZINCO. PINTURA ELETROSTÁTICA. ARO EM NYLON E PELE CRISTAL. ACOMPANHA TALABARTE E BAQUETAS	UND	12	R\$ 263,00	R\$ 3.156,00
9	ESTEIRA P/ CAIXA 10"X 12 FIOS	UND	23	R\$ 25,93	R\$ 596,39
10	PELE 10 HIDRAULICA PELE HIDRÁULICA FILME DE CAMADA DUPLA COMPOSTA POR UMA CAMADA DE ÓLEO ENTRE OS FILMES COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 10	UND	24	R\$ 48,41	R\$ 1.161,84

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

	POLEGADAS COR TRANSPARENTE				
11	PELE 10 LEITOSA PELE LEITOSA MATERIAL POLIÉSTER DE CAMADA ÚNICA COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 10 POLEGADAS COR BRANCA	UND	24	R\$ 10,78	R\$ 258,72
12	PELE 14 HIDRAULICA PELE HIDRÁULICA FILME DE CAMADA DUPLA COMPOSTA POR UMA CAMADA DE ÓLEO ENTRE OS FILMES COM ARO DE ALUMÍNIO DIÂMETRO 14 POLEGADAS COR TRANSPARENTE	UND	40	R\$ 59,37	R\$ 2.374,80
13	PRATOS FANFARRA 10" PRATO INFANTIL 10" POLEGADAS CORPO FERRO/NIQUEL	UND	16	R\$ 109,00	R\$ 1.744,00
14	SURDO INFANTIL 20X10" CORPO: METAL ESCOVADO (COLORSTEEL) PELE: CRISTAL ACOMPANHA TALABARTE E BAQUETA ARO EM ABS	UND	12	R\$ 224,33	R\$ 2.691,96
15	TALABARTE 2 GANCHOS MATERIAL NYLON PRETO COM APOIO EM NEOPRENE PARA O OMBRO, 2 GANCHOS METAL CROMADO, DIÂMETRO 5CM LARGURA	UND	35	R\$ 20,33	R\$ 711,55
VALOR TOTAL ESTIMADO:					R\$ 18.795,47

1. DEMANDA A SER ATENDIDA

1.1. Da Demanda

A Secretaria Municipal de Educação do Município de Itambé identificou a necessidade de aquisição de instrumentos musicais destinados à estruturação e ao funcionamento da fanfarra mirim da Escola Brites Ventura do Couto Moreira, com o objetivo de atender alunos do Ensino Fundamental I.

A presente demanda está diretamente relacionada à ampliação e ao fortalecimento das atividades pedagógicas complementares no âmbito da rede municipal de ensino, especialmente aquelas voltadas ao desenvolvimento cultural, cívico e socioeducativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

dos estudantes, em consonância com as diretrizes educacionais que visam à formação integral do aluno.

Levantamento interno realizado pela unidade demandante evidenciou a inexistência e/ou insuficiência de instrumentos musicais adequados para atendimento do público infantil, considerando que os equipamentos disponíveis não possuem características compatíveis com a faixa etária dos alunos, tais como dimensões, peso e ergonomia apropriados.

Tal situação inviabiliza ou restringe a participação de estudantes nas atividades da fanfarra escolar, comprometendo o acesso equitativo às práticas educativas e culturais ofertadas pela instituição, além de limitar o desenvolvimento de habilidades importantes, como coordenação motora, disciplina, trabalho em equipe e expressão artística.

Ressalta-se que os instrumentos destinados ao público mirim possuem especificações próprias, sendo projetados para garantir segurança, conforto e melhor desempenho durante sua utilização, o que torna imprescindível a aquisição de itens adequados às condições físicas dos alunos.

A ausência desses materiais impacta diretamente a qualidade e a efetividade das ações pedagógicas desenvolvidas, podendo comprometer a continuidade e a expansão do projeto de fanfarra escolar no âmbito da unidade de ensino.

Dessa forma, a contratação pretendida configura-se como medida necessária para assegurar condições adequadas à execução das atividades educacionais, promovendo maior eficiência na prestação do serviço público de educação, em observância aos princípios do planejamento, da eficiência e do interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Adicionalmente, a presente demanda encontra respaldo no dever da Administração Pública de promover políticas educacionais que assegurem o pleno desenvolvimento dos alunos, incluindo atividades complementares que contribuam para a formação integral, conforme preconizado pelas normas que regem a educação pública.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de adoção de solução administrativa adequada para viabilizar a execução das atividades pedagógicas complementares vinculadas à fanfarra mirim da Escola Brites Ventura do Couto Moreira, no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

A partir da identificação da necessidade administrativa, procedeu-se à análise das possíveis soluções disponíveis, concluindo-se que a aquisição de instrumentos musicais específicos para o público infantil é a medida mais eficiente e adequada para atendimento da demanda, considerando critérios de funcionalidade, segurança, durabilidade e compatibilidade com a faixa etária dos alunos.

A solução escolhida apresenta melhor relação entre custo e benefício para a Administração, uma vez que permite a implementação estruturada da atividade, com utilização contínua dos bens, caracterizando-se como investimento em material permanente, apto a atender às necessidades institucionais de forma duradoura.

Destaca-se que a contratação encontra respaldo no planejamento administrativo e está alinhada às diretrizes de fortalecimento das práticas educacionais, observando-se a

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

necessidade de garantir condições adequadas para o desenvolvimento das atividades propostas, sem prejuízo da economicidade e da eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a fase preparatória da contratação foi devidamente observada, com a definição da solução mais adequada ao atendimento da necessidade identificada, bem como a justificativa técnica e administrativa da contratação.

Ressalta-se que, considerando o enquadramento da contratação como hipótese de dispensa em razão do valor, admite-se a simplificação de procedimentos, inclusive quanto à não obrigatoriedade de elaboração do Estudo Técnico Preliminar – ETP, sem prejuízo da devida motivação do ato administrativo, a qual se encontra formalizada no presente Termo de Referência.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se adequada, necessária e proporcional, atendendo aos princípios do interesse público, da eficiência, do planejamento e da economicidade, conforme preconizado na Lei nº 14.133/2021.

3. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Modalidade adotada

3.1.1 Após a definição da necessidade administrativa e da solução mais adequada ao seu atendimento, bem como considerando o valor estimado da contratação, apurado mediante regular pesquisa de preços constante nos autos, a presente contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.2 A opção pela Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, mostra-se juridicamente adequada e administrativamente vantajosa, tendo em vista o enquadramento do valor dentro dos limites legais estabelecidos, aliado à necessidade de conferir maior eficiência, celeridade, transparência e padronização ao processo de contratação, sem prejuízo da observância dos princípios que regem a Administração Pública.

3.1.3. Ressalta-se que, embora caracterizada hipótese legal de contratação direta, a Administração opta pela realização do procedimento em ambiente eletrônico, como medida de ampliação da competitividade, publicidade e isonomia, possibilitando a participação de fornecedores interessados e contribuindo para a seleção da proposta mais vantajosa.

3.1.4. A adoção da forma eletrônica também assegura maior rastreabilidade dos atos praticados, transparência do procedimento e controle dos preços ofertados, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

3.2. CUSTO DA DESPESA

3.2.1. Conforme Termo de Pesquisa de Preços constante nos autos, verificou-se que, embora tenham sido realizadas consultas formais a fornecedores do ramo, apenas uma empresa apresentou cotação válida dentro do prazo estabelecido, qual seja, a empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

COMERCIAL WENSE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.032.599/0001-95.

3.2.2. Ressalta-se, contudo, que a Administração não se limitou à obtenção de cotação direta, tendo adotado, de forma complementar, outras fontes de pesquisa, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, incluindo consulta a contratações públicas similares disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, bem como a sítios eletrônicos especializados.

3.2.3. Os valores coletados foram submetidos à análise crítica pelo Setor de Compras, sendo desconsiderados aqueles que se mostraram incompatíveis com os parâmetros de mercado, seja por indícios de sobrepreço ou inexequibilidade, de modo a assegurar maior fidedignidade à estimativa.

3.2.4. Dessa forma, o valor estimado da contratação foi fixado em R\$ 18.795,47 (Dezoito mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos), refletindo os preços considerados compatíveis com a realidade mercadológica, observando-se os princípios da economicidade, razoabilidade e eficiência.

3.2.5. Importante destacar que a limitação na obtenção de múltiplas cotações diretas não compromete a regularidade da pesquisa realizada, tendo em vista que foram adotadas medidas razoáveis para consulta ao mercado, além da utilização de bases públicas oficiais de preços, conforme orientações da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

3.2.6. O valor estimado enquadra-se dentro do limite legal previsto no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual a contratação será realizada por meio de Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, assegurando-se a observância dos princípios da transparência, competitividade, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

3.2.7. Por fim, registra-se que a pesquisa de preços teve como finalidade exclusiva a formação do valor estimado da contratação, não implicando, em nenhuma hipótese, escolha prévia de fornecedor, direcionamento ou restrição à competitividade.

3.3. BASE LEGAL

3.3.1. A presente contratação será realizada com fundamento na Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública.

3.3.2. Nos termos do art. 75, inciso II, da referida Lei, é dispensável a realização de licitação para contratações que envolvam valores inferiores ao limite legal estabelecido para compras e serviços, desde que devidamente justificadas e instruídas com estimativa de preços compatível com os valores praticados no mercado, conforme disposto no art. 23 do mesmo diploma legal.

3.3.3. A instrução do presente processo observa, ainda, o disposto no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, contemplando os elementos necessários à formalização da contratação direta, incluindo a justificativa da necessidade, a definição da solução adequada, a estimativa de preços e a demonstração da compatibilidade com os valores de mercado.

3.3.4. Embora se trate de hipótese legal de dispensa, a Administração opta pela realização do procedimento por meio de Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, como medida de ampliação da competitividade, assegurando publicidade,

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

transparência, rastreabilidade dos atos, isonomia entre os participantes e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.3.5. Quanto ao Estudo Técnico Preliminar – ETP, registra-se que sua elaboração é dispensável no presente caso, considerando tratar-se de contratação de baixo valor, com objeto comum, padronizado e sem complexidade técnica relevante, cuja necessidade e solução encontram-se devidamente justificadas neste Termo de Referência. Tal entendimento está em consonância com a possibilidade de simplificação da fase preparatória nas contratações diretas, desde que mantida a devida motivação administrativa.

3.3.6. Os valores previstos no art. 75 da Lei nº 14.133/2021 são atualizados periodicamente pelo Governo Federal, nos termos do art. 182 do mesmo diploma legal, devendo ser observado o limite vigente à época da contratação.

3.3.7. Considerando que o valor estimado da contratação perfaz o montante de R\$ 18.795,47 (Dezoito mil setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e sete centavos), conforme apurado na pesquisa de preços constante nos autos, e que se encontra dentro do limite legal vigente, resta plenamente caracterizada a hipótese de Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, nos termos do art. 75, inciso II, c/c art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

4. PRAZO DA CONTRATAÇÃO

4.1 O prazo de vigência da contratação será de 6 (seis) meses, contado da assinatura do instrumento contratual ou documento equivalente, limitado ao prazo necessário para fornecimento, recebimento definitivo, pagamento e cumprimento das obrigações acessórias, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que devidamente justificado.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “d”, da Lei nº 14.133/21)

5.1. A contratação deverá atender aos requisitos necessários ao adequado fornecimento dos bens, observando-se as condições técnicas, operacionais e legais estabelecidas neste Termo de Referência, de modo a garantir a plena execução do objeto com qualidade e eficiência.

5.2. A empresa contratada deverá comprovar aptidão para o fornecimento de instrumentos musicais e materiais correlatos, compatíveis com o objeto da contratação, demonstrando capacidade técnica e operacional para o cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Os bens fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, isentos de quaisquer defeitos, avarias ou imperfeições, devendo atender integralmente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, bem como às normas aplicáveis, quando houver.

5.4. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados, acompanhados de manuais de uso, certificados de qualidade e garantia mínima do fabricante, quando aplicável, assegurando sua adequada utilização e durabilidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

5.5. A entrega deverá ocorrer nos prazos e locais definidos neste Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade da contratada o transporte, a carga e a descarga dos materiais, sem ônus adicional para a Administração.

5.6. A contratada deverá assegurar que os bens fornecidos sejam compatíveis com a finalidade educacional a que se destinam, especialmente quanto à adequação ao público infantil, observando critérios de ergonomia, segurança e usabilidade.

5.7. A contratada deverá manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, assumindo integral responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes do fornecimento do objeto.

5.8. Não será admitida indicação de marca específica, fabricante ou modelo exclusivo, devendo as especificações técnicas permitir a participação de produtos equivalentes ou superiores que atendam integralmente às características mínimas exigidas, em observância aos princípios da competitividade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa.

5.9. Não será exigida garantia contratual, considerando a natureza do objeto, o baixo valor da contratação, o prazo reduzido de execução e o fornecimento de bens comuns, sem prejuízo da garantia legal ou da garantia do fabricante dos produtos fornecidos, quando aplicável.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Execução

6.1.1. A execução do objeto dar-se-á por meio do fornecimento de instrumentos musicais e materiais permanentes correlatos, em conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência, após a formalização do instrumento contratual ou documento equivalente.

6.1.2. O fornecimento poderá ocorrer de forma integral ou parcelada, conforme necessidade da Administração e condições estabelecidas no instrumento convocatório, devendo a contratada observar rigorosamente os quantitativos e prazos estabelecidos.

6.2. Prazo de Entrega

6.2.1. O fornecimento dos materiais deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento emitida pela Administração.

6.2.2. Na hipótese de impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente à Contratante, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, apresentando justificativa fundamentada, a qual será analisada pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

6.2.3. Não serão consideradas justificativas para atraso aquelas decorrentes de falhas operacionais, logísticas ou administrativas da contratada.

6.3. Local de Entrega

6.3.1. A entrega dos materiais será realizada no Almoxarifado Municipal, localizado na Avenida Cinquentenário, s/n, Centro, no Município de Itambé-BA.

6.3.2. Os materiais deverão ser entregues devidamente acondicionados, em embalagens adequadas, garantindo sua integridade até o local de destino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

6.4. Logística e Responsabilidade

6.4.1. Toda a logística necessária ao fornecimento, incluindo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais no local indicado, será de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo à Administração qualquer ônus adicional.

7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. O recebimento do objeto ocorrerá em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021, observando-se as seguintes etapas:

I – **Recebimento Provisório**, no ato da entrega, para verificação preliminar quanto à quantidade, integridade física e conformidade aparente dos materiais com as especificações exigidas;

II – **Recebimento Definitivo**, após análise técnica detalhada, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante verificação da qualidade, funcionalidade e adequação dos bens ao objeto contratado.

7.2. A execução somente será considerada concluída após a conferência, aceitação e validação formal pela Administração, mediante o recebimento definitivo dos materiais.

7.3. Constatadas irregularidades, vícios, defeitos, avarias ou qualquer desconformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, a Contratada ficará obrigada a reparar, corrigir, substituir ou complementar, às suas expensas, no todo ou em parte, os materiais fornecidos, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação formal da Contratante.

7.4. O não atendimento ao disposto no item anterior poderá ensejar a rejeição dos materiais, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança, durabilidade e conformidade dos bens fornecidos, tampouco a responsabilidade civil por eventuais danos decorrentes de defeitos ou falhas, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

(Art. 8º, §3º e art. 117 da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Da Gestão Contratual

8.1.1. A gestão do contrato decorrente deste Termo de Referência será exercida pelo servidor **Reginaldo Araújo Spínola**, portador do RG nº 51.925.427-9, inscrito no CPF sob o nº 604.877.125-87, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

8.1.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, nos termos do art. 155 do referido diploma legal.

8.1.3. Compete ao Gestor do Contrato coordenar as atividades relacionadas à fiscalização, bem como adotar as providências necessárias à adequada execução contratual, incluindo:

- I – acompanhar a execução global do contrato;
- II – promover a interlocução entre a Administração e a contratada;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

III – encaminhar à unidade competente a documentação necessária à formalização de aditivos, reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções e eventual extinção contratual;
IV – assegurar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

8.2. Da Fiscalização Contratual

8.2.1. A fiscalização do contrato será exercida pelo servidor **Fábio Pereira da Silva**, portador do RG nº 09.375.660-71, inscrito no CPF sob o nº 002.076.265-88, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme designação por meio do Decreto nº 060.

8.2.2. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal designado, ao qual compete:

I – acompanhar e verificar a execução do objeto, avaliando o cumprimento das condições contratuais;

II – registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

III – comunicar ao gestor do contrato quaisquer irregularidades ou situações que possam comprometer a execução contratual;

IV – recomendar as medidas necessárias à regularização de falhas ou defeitos constatados;

V – atestar o recebimento dos materiais para fins de pagamento, após verificação da conformidade com as especificações;

VI – verificar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da contratada, quando aplicável.

8.2.3. A fiscalização técnica deverá avaliar se os materiais fornecidos atendem aos requisitos de qualidade, quantidade, prazo e adequação às finalidades previstas, especialmente no que se refere à utilização no ambiente escolar.

9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

(art. 6º, XXIII, “h”, da Lei nº 14.133/2021)

9.1. Forma de Seleção do Fornecedor

9.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se ampla publicidade, transparência, isonomia e competitividade entre os interessados.

9.1.2. Embora a pesquisa de preços tenha contado com apenas uma cotação válida apresentada pela empresa COMERCIAL WENSE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.032.599/0001-95, tal cotação possui caráter exclusivamente estimativo, não implicando escolha prévia, direcionamento ou vinculação da Administração ao referido fornecedor.

9.2. Critério de Julgamento

9.2.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, sagrando-se vencedor o fornecedor que apresentar a proposta mais vantajosa para cada item individualmente considerado, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

9.2.2. A adoção do critério de menor preço por item justifica-se em razão da natureza divisível do objeto, permitindo maior competitividade, possibilidade de participação de diferentes fornecedores e obtenção de melhores condições econômicas para a Administração.

9.3. Pesquisa de Preços e Ausência de Direcionamento

9.3.1. A pesquisa de preços realizada previamente possui caráter exclusivamente estimativo, servindo como parâmetro para a formação do valor de referência da contratação, não implicando, em nenhuma hipótese, pré-seleção, direcionamento ou vinculação a qualquer fornecedor.

9.3.2. A limitação na obtenção de múltiplas cotações diretas não compromete a regularidade da pesquisa de preços, considerando que a Administração adotou medidas razoáveis de consulta ao mercado e utilizou fontes complementares de pesquisa, inclusive bases públicas oficiais e sítios eletrônicos especializados, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021.

9.4. Critério de Aceitabilidade da Proposta

9.4.1. Serão aceitas somente as propostas que atenderem integralmente às especificações técnicas, quantidades, condições de fornecimento, prazos, locais de entrega e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no Aviso de Contratação Direta.

9.4.2. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem itens em desconformidade com as especificações exigidas, produtos de qualidade inferior, bens usados, recondicionados, avariados ou que não atendam à finalidade educacional prevista para a contratação.

9.4.3. Também poderão ser desclassificadas as propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis, excessivamente elevados ou superiores ao valor estimado da contratação, salvo quando admitida negociação pela Administração e desde que demonstrada a compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado.

9.4.4. A aceitação da proposta ficará condicionada à verificação de compatibilidade entre o objeto ofertado e as especificações mínimas exigidas, podendo a Administração solicitar informações complementares, catálogos, fichas técnicas, imagens ou documentos que comprovem as características dos produtos ofertados.

9.4.5. A apresentação da proposta implica aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo admitida posterior alegação de desconhecimento das exigências, prazos ou obrigações previstas no processo de contratação.

9.5. Habilitação

9.5.1. Para fins de contratação, o fornecedor classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá comprovar o atendimento aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, nos termos dos arts. 66 e 68 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de outras exigências previstas no Aviso de Contratação Direta, quando aplicável.

9.5.2. Habilitação Jurídica — art. 66 da Lei nº 14.133/2021

9.5.2.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos, conforme a natureza jurídica do fornecedor:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação



Educação: compromisso de todos!

Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

- a) Pessoa física: cédula de identidade — RG — ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
 - b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - c) Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual — CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial competente;
 - d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou empresa individual de responsabilidade limitada — EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil;
 - f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
 - g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz, conforme o caso.
- 9.5.2.2. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações posteriores ou da consolidação respectiva, quando aplicável.
- 9.5.3. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista — art. 68 da Lei nº 14.133/2021
- 9.5.3.1. A regularidade fiscal, social e trabalhista será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:
- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas — CPF, quando couber;
 - b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica — CNPJ, quando cabível;
 - c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil — RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional — PGFN, referente a créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive os relativos à Seguridade Social;
 - d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — FGTS;
 - e) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor a partir de 14 anos na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
 - f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
 - g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando aplicável, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - h) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

i) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, quando exigível em razão do objeto e da legislação local aplicável.

9.5.3.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante certidão, declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outro documento equivalente, na forma da legislação de regência.

9.5.3.3. O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual — MEI, quando pretender usufruir dos benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando a legislação aplicável assim permitir.

9.5.4. Consulta a Cadastros Restritivos

9.5.4.1. Antes da contratação, a Administração poderá realizar consulta aos cadastros oficiais de impedimentos e sanções, especialmente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas — CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas — CNEP, ao Cadastro de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União — TCU e à Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU, a fim de verificar eventual impedimento de contratar com o Poder Público.

9.5.4.2. A existência de registro impeditivo vigente poderá ensejar a inabilitação do fornecedor ou a impossibilidade de contratação, observado o contraditório, a ampla defesa e a legislação aplicável.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da regular liquidação da despesa, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela Contratada, devidamente atestada pelo fiscal do contrato ou servidor designado pela Administração.

10.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, obrigatoriamente, a descrição dos itens fornecidos, as quantidades entregues, os valores unitários, o valor total e demais informações necessárias à identificação do fornecimento realizado.

10.3. O pagamento será realizado por meio de depósito ou transferência bancária em conta indicada pela Contratada, desde que satisfeitas todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e verificada a regularidade da entrega dos materiais.

10.4. O pagamento somente será autorizado após o recebimento definitivo dos materiais, a conferência da conformidade quantitativa e qualitativa do objeto e o respectivo atesto da Nota Fiscal/Fatura pelo fiscal do contrato ou servidor responsável.

10.5. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, divergência nas informações apresentadas, irregularidade na entrega dos materiais ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a Contratada providencie as correções necessárias, não incidindo, nesse período, qualquer ônus, encargo ou atualização em favor da Contratada.

10.6. A Administração poderá verificar, antes do pagamento, a manutenção das condições de habilitação e regularidade fiscal, social e trabalhista da Contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação



Educação: compromisso de todos!

Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

10.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, atualização monetária ou compensação financeira.

11. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

11.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1.1. Constituem obrigações da Contratada:

- a) Fornecer os instrumentos musicais e materiais permanentes correlatos em conformidade com as especificações técnicas, quantidades, prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Aviso de Contratação Direta e no instrumento contratual ou documento equivalente;
- b) Entregar os materiais novos, de primeiro uso, sem avarias, defeitos, vícios ou sinais de uso, devidamente acondicionados e compatíveis com a finalidade educacional prevista;
- c) Apresentar, quando aplicável, manuais, certificados, catálogos, termo de garantia do fabricante ou demais documentos que comprovem a qualidade e a conformidade dos produtos fornecidos;
- d) Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, carga, descarga e entrega dos materiais no local indicado pela Contratante, sem qualquer ônus adicional para a Administração;
- e) Substituir, reparar, corrigir ou complementar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da comunicação formal da Contratante, quaisquer materiais que apresentem defeitos, vícios, avarias, inadequação ou desconformidade com as especificações exigidas;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios, danos ou prejuízos decorrentes dos bens fornecidos, inclusive quando constatados após o recebimento provisório ou definitivo, nos termos da legislação vigente;
- g) Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- h) Arcar com todos os encargos fiscais, comerciais, trabalhistas, previdenciários, tributários, securitários e demais custos decorrentes do fornecimento do objeto, não transferindo à Contratante qualquer responsabilidade;
- i) Indicar preposto ou responsável para representá-la durante a execução contratual, mantendo atualizados os meios de contato junto à Administração;
- j) Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos, comunicando formalmente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer a entrega dos materiais;
- k) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, as obrigações assumidas, salvo se houver autorização expressa da Administração e previsão no instrumento convocatório;
- l) Cumprir fielmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Termo de Referência, do Aviso de Contratação Direta e demais normas aplicáveis.

11.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.2.1. Constituem obrigações da Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

- a) Receber os materiais no prazo e nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) Verificar a conformidade quantitativa e qualitativa dos materiais entregues com as especificações técnicas previstas;
- c) Realizar o recebimento provisório e definitivo dos materiais, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- d) Comunicar formalmente à Contratada sobre eventuais irregularidades, defeitos, vícios, avarias ou desconformidades verificadas nos materiais fornecidos;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução contratual por meio de servidor designado, registrando as ocorrências relevantes;
- f) Exigir da Contratada a substituição, correção ou complementação dos materiais que não atendam às condições pactuadas;
- g) Efetuar o pagamento devido à Contratada após o regular recebimento definitivo, atesto da Nota Fiscal/Fatura e liquidação da despesa;
- h) Disponibilizar as informações necessárias para o adequado cumprimento do objeto, quando cabível;
- i) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato;
- j) Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12. DA VALIDADE DAS PROPOSTAS

12.1. As propostas apresentadas deverão ter validade mínima de **90 (noventa) dias**.

12.2. O valor estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços realizada pelo Setor de Compras, conforme documentação constante nos autos, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Registra-se que, embora tenham sido realizadas consultas a potenciais fornecedores do ramo, houve retorno de apenas uma proposta válida, apresentada pela empresa **COMERCIAL WENSE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 42.032.599/0001-95.

12.4. A limitação na obtenção de múltiplas cotações diretas não compromete a regularidade da pesquisa de preços, uma vez que foram adotadas as providências necessárias à consulta de mercado, inclusive mediante utilização de fontes públicas e parâmetros oficiais, observando-se os princípios da publicidade, eficiência e economicidade.

12.5. O valor estimado da contratação constitui parâmetro para a realização da **Dispensa de Licitação, na forma Eletrônica**, sendo que o valor final a ser contratado será aquele apurado ao término da fase competitiva, correspondente à proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

13. DO INTERESSE PÚBLICO NA CONTRATAÇÃO

13.1. A presente contratação atende ao interesse público, tendo em vista que a aquisição dos instrumentos musicais destinados à fanfarra mirim da Escola Brites Ventura do Couto Moreira visa fortalecer as atividades pedagógicas, culturais e cívicas desenvolvidas no âmbito da unidade escolar.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

13.2. A disponibilização de instrumentos adequados ao público infantil possibilita a ampliação do acesso dos alunos do Ensino Fundamental I às práticas musicais, promovendo inclusão, participação estudantil e desenvolvimento de habilidades importantes para a formação integral, tais como disciplina, coordenação motora, trabalho em equipe, concentração, responsabilidade e expressão artística.

13.3. A contratação também contribui para a valorização das ações escolares de natureza cultural e cívica, permitindo que a unidade de ensino desenvolva atividades complementares que ultrapassam o ensino regular em sala de aula e favorecem o envolvimento dos estudantes em práticas educativas de caráter coletivo.

13.4. Ressalta-se que os bens a serem adquiridos possuem natureza permanente, o que permite sua utilização continuada pela Administração Pública, beneficiando não apenas os alunos atualmente matriculados, mas também turmas futuras, garantindo melhor aproveitamento dos recursos públicos e maior durabilidade da solução adotada.

13.5. Dessa forma, resta demonstrado que a contratação pretendida está alinhada ao interesse público, à eficiência administrativa e à finalidade educacional da Secretaria Municipal de Educação, observando os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade, do interesse público e da seleção da proposta mais vantajosa.

14. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos orçamentários necessários à execução da presente contratação correrão à conta das seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação de Itambé.

- **Órgão:** 05 – Fundo Municipal de Educação de Itambé
- **Projeto/Atividade:** 2033-MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
- **Elemento de Despesa:** 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
- **Fonte de Recurso:** 25500000 Transferência do Salário-Educação

15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, inc. XIV da Lei nº 14.133/2021)

- Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - der causa à inexecução parcial do contrato;
 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - der causa à inexecução total do contrato;
 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, na forma do item 12;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar declaração ou documentação inidônea exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
 - Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133/2021);
 - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei 14.133/2021);
 - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei 14.133/2021)

Multa:

- Moratória de 1% (um por cento) por dia útil de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor global do contrato;
- Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto; A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º da Lei n.º 14.133/2021);

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

- Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei n.º 14.133/2021).
- Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, *caput* da Lei n.º 14.133/2021);
- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei n.º 14.133/2021);
- Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
- A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei nº 14.133/2021):
 - A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - As peculiaridades do caso concreto;
 - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - Os danos que dela provierem para a Contratante;
- A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (art. 161 da Lei nº 14.133/2021).

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

- As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- Todas as ocorrências contratuais serão registradas pela Gestão de Contratos, que notificará empresa a ser contratada.
- Constituem motivo para rescisão do Contrato, todos os incisos constantes do art. 137 da Lei nº 14.133/2021;
- As formas de rescisão estão previstas no art. 138, Incisos de I a III, da Lei nº 14.133/2021;
 - Os casos omissos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa;
 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
 - A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A Autoridade Competente, no interesse da Administração Pública, poderá sanar falhas meramente formais constantes da documentação ou das propostas apresentadas, desde que tais falhas não comprometam a legalidade, a isonomia, a competitividade e a lisura do procedimento.

16.2. As normas disciplinadoras da presente contratação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade da contratação, a segurança jurídica e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

16.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, no Aviso de Contratação Direta, neste Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

16.4. Integram o presente Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, o Termo de Pesquisa de Preços, a planilha de descrição detalhada dos itens, os documentos de

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
Secretaria Municipal de Educação
Educação: compromisso de todos!



Rua Quintino Bocaiúva, S/N, Centro, Itambé-Ba – CEP. 45140-000
e-mail: smec.sec@itambe.ba.gov.br

formalização da demanda e demais documentos constantes do processo administrativo.

Itambé-BA, 04 de maio de 2026.

ELABORADO POR:

FILIPPE SILVA DE ALMEIDA
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

AUTORIZAÇÃO:

EDMILSON NERY SILVA
Decreto nº106/2025
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.